

O LUGAR DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA NA ARQUEOGENEALOGIA FOUCAULTIANA

Alex Pereira de Araújo/UESB/CAPES

Nilton Milanez/UESB

Este estudo tem como objetivo principal discutir qual o lugar da memória nas pesquisas históricas empreendidas pelo filósofo francês Michel Foucault, o qual foi responsável pelo desenvolvimento de duas frentes metodológicas de trabalho: a arqueologia do saber e a genealogia do poder, conhecidas hoje como arqueogenealogia foucaultiana.

Ao longo de mais de 30 anos dedicados a estas pesquisas, Michel Foucault ganhou projeção nacional e internacional pela sua inquietante forma de aliar a militância política com o trabalho acadêmico, demonstrando, com isso, qual era o papel do intelectual frente aos desafios e demandas no mundo do pós-guerra. Recebeu a maior honraria no mundo da intelectualidade francesa ao ser eleito professor do célebre *Collège de France*, assumindo, por mais de uma década, a cátedra história dos sistemas de pensamentos.

Em uma de suas últimas entrevistas, declarou que todos os seus gestos tinham como principal objetivo: criar a história como os seres humanos se tornam sujeitos em nossa cultura. Esta declaração deixa evidente qual o lugar que a história ocupa em sua obra, mas qual seria o lugar da memória nesses seus empreendimentos? Por que a história aparece em seu trabalho como lugar privilegiado enquanto a memória tem um lugar de coadjuvante? São estas as reflexões iniciais que buscamos realizar neste nosso trabalho.

Para tanto, utilizamos a mesma abordagem arqueogenealógica foucaultiana para evidenciar a importância da memória nas pesquisas realizadas por Foucault. A nossa tese é: a memória tem uma dimensão maior do que aquela que aparece visivelmente na obra de Foucault. Um desses indícios está na *Arqueologia do Saber* e *n'As Palavras e as coisas*, obras publicadas nos anos de 1960. Esse nosso gesto é uma homenagem que fazemos pela passagem dos 30 anos de ausência física de Foucault na presença de seu espírito inquietante e pirotécnico.

INTRODUÇÃO

A morte prematura de Michel Foucault, em 25 de junho de 1984, no *Salpêtrière*, o mesmo hospital que tinha sido um dos cenários de *História da Loucura*, talvez o tenha deixado de fora de uma série de discussões que, de certa forma, ele iniciou ou participou, mas não teve tempo de concluir ou debater com mais afinco, como é o caso da discussão sobre a memória. Ela começou a ter um lugar de destaque, sobretudo, nos trabalhos dos historiadores Pierre Nora e de Jacques Le Goff nos anos de 1980, coincidentemente no final da vida dele.

No entanto, vamos defender, neste capítulo, a tese de que a memória tem uma dimensão muito mais densa do que se imagina na história que Foucault procurou mobilizar instrumentalmente em suas pesquisas. Para isso, vamos utilizar a própria arqueogenealogia para tornar visível o lugar da memória na obra deste filósofo que gostava de ser chamado de diagnosticador do presente e de pirotécnico.

Os motivos que nos levaram a tratar deste tema sobre o lugar da memória em Foucault foram dois. O primeiro deles foi justamente buscar compreender a relação que há entre a história que ele mobilizou com a

memória. Esta última situada no campo das humanidades.

A questão da memória foi inicialmente discutida por Maurice Halbwachs, o qual não teve tempo de concluí-la em razão da morte, também prematura, num campo de concentração nazista, mas deixou as bases para a discussão que se faz hoje (cf. HALBWACHS, 2006). O segundo motivo diz respeito às nossas inquietações que surgem e ressurgem das nossas leituras da obra e sobre a obra de Foucault.

A importância do trabalho empreendido por este grande intelectual francês para as ciências humanas e mesmo as empíricas, como a medicina e o direito, se verifica com o volume de teses que são apresentadas pelo mundo a fora sobre seus empreendimentos.

A formação acadêmica de Foucault é marcada pelo brilhantismo e rigor que dedicava as suas pesquisas. Tratou de abordar vários temas porque tinha um espírito pirotécnico. O corpo, a sexualidade, a loucura, a modernidade foram alguns dos temas que mais o inquietou.

Entrou para a Escola Superior Normal e, como todo intelectual francês da época, realizou exames de *Agrégation de Philosophie*, como Pierre Bourdieu, Jean-François Lyotard, Jacques Derrida, Gilles Deleuze fizeram. Após defender uma tese em Letras sobre tradução, na Sorbonne, resolveu estudar psicologia, obtendo o título de psicólogo patológico. Por isso, realizou estágios no Hospital *Sainte-Anne* de Paris. Foi também adido cultural e leitor na Suécia, onde escreveu a tese sobre a loucura e na Polônia.

Aos 28 anos publicou *Doença mental e psicologia*. Depois escreveu sobre *A história da loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas*, *Arqueologia do Saber*, *A ordem do discurso*, *Vigiar e punir*, *A história da sexualidade*, em três volumes; dentre outras publicações que resultaram dos cursos ministrados no *Collège de France*, de 1971 a 1984, quando veio a falecer vitimado pela AIDS.

Em todo este percurso trilhado por Foucault, ele mesmo reconheceu que o seu principal objetivo durante os últimos vinte anos de sua vida “foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornam sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 230). É daí que intuímos que esta história se valeu das memórias que ele encontrou nos *micro-poderes*. Nosso principal argumento é que toda história lida e mobiliza memórias, seja na História Nova, seja na história tradicional, como veremos mais adiante.

Mas qual seria o lugar da memória nos empreendimentos foucaultianos? Por que a história aparece em seu trabalho como lugar privilegiado enquanto a memória tem um lugar de coadjuvante? São estas as reflexões iniciais que buscamos realizar neste nosso trabalho.

A ESCOLA DOS ANAIS: UMA APOLOGIA À TRANSGRESSÃO DA HISTÓRIA

A crítica à história tradicional que encontramos no trabalho de Foucault pode ser vista como um eco da apologia da transgressão da história realizada inicialmente pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre na revista dos Anais (*Revue des Annales*), mas que, em Foucault, encontra o risco da inquietação como uma grande contribuição para os historiadores da Nova História, na afirmação feita por Le Goff (2003). Ele sofreu a influência da primeira geração e influenciou a geração de Pierre Nora e o próprio Le Goff.

A Nova História (ou História das mentalidades) surgiu das ideias debatidas na revista dos Anais fundada em 1929. Anos mais tarde, contou com trabalhos realizados por uma nova geração da qual fizeram parte Lefebvre, Braudel e jovens como Foucault e Delumeau, dentre outros.

Em 1932, o primeiro texto desta nova filosofia aparece com Georges Lefebvre que escreve a respeito do grande medo de 1789 (*Grande peur de 1789*). Lucien Febvre publicará em 1956 um artigo sobre *O sentimento de segurança*. São trabalhos que evidenciam um novo modo de refletir sobre os possíveis objetos históricos.

Em 1944, Bloch escreverá o manuscrito de *Apologia da História ou ofício de historiador*. Mesmo não tendo tempo para concluir o texto, porque foi preso pelas tropas de Hitler que invadiram Paris, deixou claro que cabe ao historiador ou ao cientista fazer suas escolhas na definição e elaboração do objeto, já que “a realidade humana, como a do mundo físico, é enorme e variada” (BLOCH, 2001, p. 128). Bloch também afirmou que “os fatos históricos são, por essência, fatos psicológicos” (2001, p. 157).

As leituras destes textos iniciais da Nova História irão excitar e atrair jovens como Ferdinand Braudel, autor de obras como *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II* e *Les memoires de la Mediterranée*; Jean Delumeau que escreveu em 1978, *La Peur en Occident (XIVe-XVIIIe siècles)*, e Foucault que escreveu, dentre várias obras, a *História da Loucura* e a *História da Sexualidade*.

Se esta História nova fez com que Braudel, em uma única obra, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*, incorporasse toda a filosofia dos *Annales*; em Foucault, ela parece ter encontrado uma maneira de interrogar a História a partir dos jogos de possibilidades e impossibilidades de uma política da História em “um uso rigorosamente instrumental” (cf. FOUCAULT, 2006, p. 99).

Dessa forma, em *As palavras e as coisas*, Foucault mostrou que “a História forma, pois, para as ciências humanas, uma espera de acolhimento ao mesmo tempo privilegiada e perigosa. A cada ciência do homem ela dá um fundo básico que a estabelece” (FOUCAULT, 1981, p. 514).

Já em *Arqueologia do saber*, Foucault diz que “a história do

pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade”, ao contrário da história pura e simplesmente, que “parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos” (FOUCAULT, 1972, p. 6).

É nesta mesma obra que Foucault deixa claro qual o papel do discurso em suas pesquisas históricas, apresentando tal palavra como um termo que não poder ser visto como uma manifestação majestosamente desenvolvida por um sujeito que pensa, que conhece e que diz, mas como “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 1972, p.62).

Por meio da perspectiva arqueológica, Foucault não chega a escrever propriamente uma história do medo, mas mostra, por meio da genealogia, em *Vigiar e Punir* como o Estado mantinha a ordem por meio do corpo supliciado em “cenas repugnantes”, apresentadas em praça pública, que causavam medo em quem assistia.

Nesta obra, que tem como subtítulo *o nascimento das prisões*, na edição francesa, e, na edição brasileira, *história da violência nas prisões*, Foucault traz à tona documentos de toda sorte que mostram as mudanças no tratamento dado aos indivíduos infratores nos séculos XVIII e XIX, dentre as quais, o desaparecimento do suplício de exposição e surgimento de um corpo técnico, formado por guardas, médicos, capelães, psicólogos, educadores (FOUCAULT, 1997, p. 14).

Por diversas vezes, reafirmou nos cursos que ministrou no *Collège de France* que sua obra poderia ser lida como uma história de dispositivos, ou seja, podemos dizer que o filósofo arquivista buscou fazer uma história dos modos como os dispositivos produzem e dão significação aos sujeitos, libertando a história do pensamento de sua sujeição transcendental (FOUCAULT, 1972, p. 230).

De acordo com Williams (2012), filósofo norte-americano, temos em Foucault um modo revolucionário de pensar a História que buscava mudar o modo como a História é escrita. No dizer de Le Goff (2003, p. 204), parecia que Foucault “desejava fazer sacudir as estruturas da história tradicional e as quebrar”. Os “novos objetos da história” como o corpo, o sexo, a morte, o medo lhes interessava por causa do tremor de terras que emitiam (cf. LE GOFF, 2003).

Mas, como dissemos anteriormente, Foucault privilegiou o discurso, em suas análises arqueológicas, ou seja, para tratar desses novos objetos, de que se refere Le Goff acima, tratando-os como discursos difundidos nas instituições por meio de práticas discursivas em que o saber e o poder aparecem interligados.

Por meio de suas pesquisas, Foucault vai ampliando a noção de discurso. Em 1969 no livro *Arqueologia do Saber*, ele admite ter feito vários usos do discurso e, pouco a pouco, acreditou ter “multiplicado seus sentidos” (FOUCAULT, 1972, p. 90).

No ano seguinte, ao proferir, no *Collège de France*, a aula inaugural da cátedra História dos Sistemas de pensamento, apresentou seu projeto de trabalho para os anos que iria realizar ali, com a hipótese de que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída a partir de um certo número de procedimentos cuja função seria conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Foucault afirmou naquele momento que “por mais que o discurso pareça pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo de poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10). O que implica dizer que o desejo de poder pelo qual nós queremos nos apropriar está sempre no discurso e que as interdições estão em sua ordem.

A MEMÓRIA NA ORDEM DA ARQUEOLOGIA DO SABER

A *memória* aparece quase sempre na ordem das discussões acerca da crítica que Foucault faz à maneira como a História tradicional elabora os longos períodos históricos, sob a ordem da continuidade, fazendo da consciência humana o sujeito originário de todo o devir.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault vai tratar da memória como uma das funções maiores da História, ao lado do mito, da transmissão da Palavra e do Exemplo, veículo da tradição, consciência crítica do presente, decifração do destino da humanidade, antecipação do futuro ou promessa de um retorno (cf. FOUCAULT, 1981, p. 508).

Já em *Arqueologia do Saber*, Foucault diz que “é preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças” (FOUCAULT, 1972, p. 7).

No entanto, a memória, na arqueologia, vai aparecer ligada aos procedimentos da análise arqueológica, aparecendo justaposta a outras palavras, formando sintagmas como “campo” e “domínio de memória”. O primeiro “está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto”, enquanto que o segundo “trata-se dos enunciados que não são nem mais admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente nem um corpo de verdades nem um domínio de validade” (FOUCAULT, 1972, p.65).

Estas duas noções estão intrinsicamente ligadas à definição dos “procedimentos de intervenção” usados na análise arqueológica. Mas a memória apresentada em *Arqueologia do Saber* é ainda um prenúncio da discussão que explode nos primeiros anos de 1980, coincidentemente, os últimos de vida daquele que esteve à frente da cátedra *História dos sistemas*

de pensamento, no secular Collège de France.

Nesta época, os historiadores da Nova História retomam as discussões iniciadas pelo sociólogo Maurice Halbwachs nos anos de 1940, as quais ficaram inacabadas em razão de sua prisão pelos nazistas e morte num campo de concentração em 1945, um ano depois de ser eleito para o *Collège de France*, como vimos antes na introdução. Mas como a memória aparece nos trabalhos genealógicos de Foucault?

GENEALOGIA: A MEMÓRIA DO PRESENTE ESCRITA PELA HISTÓRIA

A genealogia do poder aparece decididamente no trabalho de Foucault nos anos de 1970 com a publicação do livro *Vigiar e punir*. Para Dreyfus e Rabinow (1995, p. 115), “Foucault introduz a genealogia como método de diagnosticar e compreender o significado das práticas sociais do seu próprio interior”. Mas, de uma maneira diferente daquela usada na arqueologia. A genealogia evita a busca da profundidade, operando na superfície dos acontecimentos, buscando os mínimos detalhes, as menores mudanças e os contornos sutis.

Essa preocupação, que significou uma mudança na metodologia usada por Foucault, começou aparecer depois de maio de 1968, quando “seus interesses começaram a afastar-se do discurso” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 113). Parece-nos que as manifestações estudantis na França, em maio de 68, motivaram Foucault a se dedicar a desenvolver algo que pudesse auxiliar a arqueologia, sobretudo, com vistas para os acontecimentos do presente. Nestes termos, “a genealogia é um diagnóstico que se concentra nas relações de poder, saber e corpo na sociedade moderna”, concluem Dreyfus e Rabinow (1995, p. 117).

É justamente em sua aula inaugural, como professor da cátedra História dos sistemas de pensamento, do *Collège de France*, que Foucault

apresenta a genealogia relacionada ao trabalho arqueológico (cf. ARAÚJO, 2017). Ouçamos Foucault (1996, p.69-70),

Assim, as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem. A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso. Digamos, jogando com as palavras que ela pratica uma desenvoltura aplicada. A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-la em seu poder de afirmação, e por aí entendo não em poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas. Chamemos de positividade esses domínios de objetos; e digamos, para jogar uma segunda vez com as palavras, que se o estilo crítico é o da desenvoltura estudiosa, o humor genealógico será de um positivismo feliz.

Como podemos observar, neste primeiro momento do aparecimento da genealogia do poder, Foucault, pouco a pouco, vai propondo que esta seja complementada e suportada pela arqueologia. Mas, aos poucos, a genealogia vai se tornando “uma complexa análise do poder, satisfatória e autoconsciente”, como assinalam Dreyfus e Rabinow (1995, p. 118).

Em 1971, Foucault publica um ensaio dedicado à Jean Hyppolite, seu antigo orientador, e a quem sucede no *Collège de France*, intitulado *Nietzsche, a genealogia, a história*. Neste texto, Foucault diz que “a genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, paciência” (FOUCAULT, 2000, p. 273).

Esta paciência seria justamente necessária para reconstituir a memória em sua descontinuidade onde os desenvolvimentos contínuos foram encontrados. Com efeito, “a demonstração da descontinuidade e das mudanças de significados continua sendo uma tarefa importante” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 117-118).

As pesquisas publicadas em *Vigiar e punir* e em *História da sexualidade I* demonstraram logo uma inversão em relação àquela proposta inicialmente. Agora, Foucault inverte a prioridade da genealogia sobre a

arqueologia, ou seja, “a genealogia precede a arqueologia” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 117). Mas, em termos gerais, afirma Revel (2011, p. 70) que “a genealogia permite que se explique de maneira coerente o trabalho de Foucault desde os primeiros textos (antes que o conceito de genealogia começasse a ser empregado) até os últimos”. Se pensarmos desse modo, como quer Revel, a genealogia pode ser vista como a história das interpretações, ou seja, “a genealogia conta história das interpretações. Os universais de nosso humanismo são revelados como resultados da emergência contingente de interpretações impostas” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 120).

O LUGAR DA MEMÓRIA NOS EMPREENDIMENTOS FOUCAULTIANOS

Talvez, estas reflexões que fizemos, há pouco, acerca do lugar da memória nos empreendimentos realizados por Foucault, tenham passado a falsa ideia de que seu lugar fosse o de coadjuvante, porque o tempo todo tratamos do lugar da história. Mas, se assim, procedemos foi por um só motivo: encontrar um lugar para a memória que não fosse o de mera coadjuvante da história.

Mas se este não é o seu lugar na história empreendida por Foucault, então, que lugar ela teria? Esta é uma questão que precisamos responder a partir deste momento e, simultaneamente, retomar as outras duas apresentadas logo no início do capítulo, com este mesmo fito.

Ora, Foucault reconheceu que sua tarefa foi “dar o máximo de oportunidades à multiplicidade, ao encontro, ao impossível, ao imprevisível”, sendo esta “sua maneira de interrogar a História a partir destes jogos de possibilidade e impossibilidade” (FOUCAULT, 2006, p.99).

E essa medida é uma resposta clara à “utilização acadêmica da História”, que ele considerava como “fundamentalmente conservadora”, no sentido de que “reencontrar o passado de alguma coisa tem, essencialmente, a função de permitir sua sobrevivência” (FOUCAULT, 2006, p.98) Em outras palavras, uma das tarefas dessa história era conservar coisas. Esse conservadorismo tornou possível uma história contínua que

é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre ela e encontrar o que se pode chamar de morada. (FOUCAULT, 1972, p.14-15).

Daí, podemos entender por que não foi à toa que ele elege o sujeito como o centro de suas pesquisas e por que quis fazer a história dos modos como nos tornamos sujeitos, como mostramos inicialmente. Mas, existia ainda um outro objetivo que aparecia implicitamente: mostrar que o lugar da memória não é o de coadjuvante.

Ora, se o sujeito está no centro dessa história, o lugar da memória é densamente demarcado por uma relevância que Foucault já havia observado na história feita pela Escola dos Anais. Tomemos como exemplo o caso da *História da Loucura* para ilustrar isso. Ao escrever uma história que nunca apareceria, a dos próprios loucos, Foucault se perguntava “o que é ser louco? Quem o decide? A partir de quando? Em nome de quê? (FOUCAULT, 2006, p.70).

Para encontrar essas e outras respostas, ele dizia: “tudo aquilo que pode haver de irregular, de central, de imprevisível, num processo histórico me interessa consideravelmente” (FOUCAULT, 2006, p.98). Este fato demonstra que, há, em Foucault, uma ideia muito forte de que é

preciso historicizar o que é uma experiência e, no caso da *História da Loucura*, ela “é uma experiência constituída historicamente por operações de poder”¹ (LAGASNERIE, 2014, p.24, tradução nossa). Nesses termos, “não se é louco da mesma forma no século XV, no século XVIII, no século XIX”² (LAGASNERIE, 2014, p.24, tradução nossa).

Mas para historicizar essa experiência da loucura, Foucault vai precisar encontrar as memórias que a constitui. É óbvio que não se trata apenas das memórias dos loucos, mas, de um conjunto de memórias que constituem a história da loucura; ou seja, a memória dos loucos é formada por uma rede que surge da relação dos loucos com os não loucos. E, nesta relação, Foucault vai perceber que a exclusão do louco é uma memória que traz toda essa experiência que surge de certas operações de poder, conforme observou Lagasnerie (2014). Mais tarde, já na fase genealógica, Foucault vai dizer que essas operações se dão por meio de mecanismo chamados de dispositivos. E o que é um dispositivo senão a própria memória do poder atuando no gerenciamento e na manutenção das relações de poder?

Esta nossa tese, de que a memória ocupa este lugar de destaque, encontra argumento ainda na fase arqueológica, quando Foucault apresenta as noções de “domínio” e de “campo de memória”, como mostramos antes. Estas duas noções são a prova de que a história que ele procurou fazer estava a cargo da memória, ou seja, de fazer aparecer uma memória que vamos encontrar no discurso, concebido como “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo.” (FOUCAULT, 1972, p.62). Em suma, olhando por esse ponto de vista, a memória está no centro de uma história que procura trazer à tona a própria memória e não criar

¹ Original: “*est une expérience constituée par des opérations de pouvoir*” (LAGASNERIE, 2014, p.24).

² Original: “*on n’est pas fou de la même manière au XV^e, au XVIII^e, au XX^e”* (LAGASNERIE, 2014, p.24).

monumentos históricos a partir de uma massa documental. Por conta do espaço, não podemos ampliar mais a discussão. Mas, sem sombra de dúvida, esta história que Foucault procurou fazer é tributária do sociólogo da memória, Maurice Halbwachs que nos legou um belo tratado sobre memória coletiva e memória individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, buscamos demonstrar qual o lugar da memória na história pensada e recriada por Foucault; ou seja, como a arqueogenealogia, desenvolvida por Foucault, se tornou um grande gesto de memória para a memória do saber e do poder que estão nas práticas discursivas. São as memórias, em descontinuidade, que sustentam os sistemas de pensamento na medida em que cada prática discursiva é um gesto de memória atualizada no momento presente. Sob o argumento de que não existe história sem memória, nossa reflexão tratou de tornar visíveis os gestos de memória realizados por Foucault, o qual, no fundo, “não cessou de contar histórias: histórias da loucura excluída, história do acolhimento da morte, história dos sistemas de pensamento, história da prisão e das guerras, história de confissão e dos sujeitos, história dos prazeres, da carne e dos desejos etc.”³ (GROS, 1996, p. 124, tradução nossa). Diríamos ainda que esta história, que Foucault mobilizou, tinha uma preocupação com o modo como a história tradicional invoca o passado para resolver o presente. Para nos proteger desta história, ele buscou fazer “uma historicização de nossa própria consideração a partir do que não somos mais” (REVEL, 2011, p.80). Ainda que a história não seja memória,

³ No original: [Foucault] “*n’a cesse au fond de raconter des histoires: histoire de la folie exclue, histoire de l’accueil de la mort, histoire des système de pensée, histoire de la prison et des guerres, histoire de l’aveu et des sujets, histoire des plaisir, de la chair et des désirs, etc.*” (GROS, 1996, p. 124).

mas ela se serve desta para se constituir. Nessa medida, os acontecimentos, os objetos, os dispositivos, em dispersão, têm traços de memória, porque um dia fizeram parte de práticas discursivas, isto é, na difusão destas práticas, tornaram-se parte das memórias coletivas. Ora, esta história que Foucault nos apresenta em seus empreendimentos arqueogenealógicos é uma maneira de trazer à tona aquilo que “o historiador se encarregava de suprimir da história” (FOUCAULT, 1972, p. 10). Portanto, trata-se de uma crítica direta à disciplina história e ao seu modelo de fazer da História um lugar próprio para “o discurso do contínuo e do fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e da toda prática” (FOUCAULT, 1972, p.14). Foi por meio dessa crítica que ele desenvolveu sua história, utilizando, como meios metodológicos, as ferramentas que iam surgindo de sua arqueogenealogia em torno de três eixos: o do saber, o do poder e o da ética. Em suma, nessa crítica, a memória aparece como um lugar central de uma história que não deixa escapar a descontinuidade, e, que, por isso, o sujeito não aparece num discurso contínuo. Daí, podemos dizer que a crítica que Foucault fez a história tradicional ou acadêmica, se realizou por meio de uma crítica que colocava a memória como centro e não como algo secundário. Ao colocar o sujeito no centro de suas investigações Foucault estava querendo recuperar as memórias tanto individuais, quanto coletivas, em termos da sociologia da memória que foi proposta por Halbwachs (2006). A sua crítica à história contínua não é senão outra coisa do que uma proposta de uma história que dê conta dessas memórias que estão na dispersão do sujeito e na descontinuidade histórica, nos discursos e nos dispositivos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. P. de. *Para ler a ordem do discurso de Michel Foucault*. Disponível em: <https://www.academia.edu/33268899/Para_ler_A_Ordem_do_discurso_de_Michel_Foucault_To_read_the_Discourse_on_Language_of_Michel_Foucault_Lire_Lordre_du_discours_de_Michel_Foucault_2017_pdf>. Acesso: 17 jul., 2017.

ARAÚJO, A. P. de; MILANEZ, N. Para além de vigiar e punir: o controle social do corpo e a recodificação da memória popular em filmes de horror. *Unidad Sociologica*, nº 4, vol. 2, Buenos Aires, jun.-set./2015. Disponível em: <<http://unidadesociologica.com.ar/UnidadSociologica47.pdf>>. Acesso: 23 jul., 2016.

BLOCH, M. *Apologia da história ou ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CASTRO, E. *Vocabulário Foucault*. Tradução Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Walter Omar Kohan; Alfredo Veiga-Neto. – Belo horizonte: Autêntica, 2009.

DELEUZE, G. *Foucault*. Tradução de Cláudia Sant'Ana Martins; revisão técnica de Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ERIBON, D. *Michel Foucault: 1926-1984*. Trad. H. Feist. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ERIBON, D. *Michel Foucault*. 3ª ed. - Paris: Flammarion, 2011.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves; revisão técnica Lígia Vassalo. – Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FOUCAULT, M. *História da loucura: na idade clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. – São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. - São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida. – São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. -16 edição -. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso do Collège de France*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. - São Paulo Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Ditos e Escritos, v. II).
- FOUCAULT, M. *Michel Foucault: entrevistas*. Roger Pol-Droit. Tradução Vera Portocarrero; Gilda Gomes Carneiro; revisão técnica Andrea Viana Daher. – São Paulo: Graal, 2006.
- GROS, F. *Michel Foucault*. Paris : PUF, 1996.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução brasileira de Beatriz Sidou. – São Paulo: Centauro, 2006.
- LAGASNERIE, G. Que signifie penser? In : CAILLAT, F. (Org.). *Foucault contre lui-même*. – Paris: PUF, 2014.
- LE GOFF, J. Foucault e a nova história. In: *Plural, Sociologia, USP, São Paulo*, 10 197-209, 2º sem. 2003.
- REVEL, J. *Dicionário Foucault*. Tradução Anderson Alexandre da Silva; revisão técnica Michel Jean Maurice Vincent. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- SABOT, P. *Lire les mots et les choses de Michel Foucault*. Paris : Presses Universitaire de France, 2006.
- SABOT, P. Foucault, Sade e as Luzes. Tradução de Alex Pereira de Araújo. In: *Redisco, UESB, Vitória da Conquista*, v. 2, n. 2, p. 111-121, 2013.
- SFORZINI, A. *Michel Foucault: une pensée du corps*. Paris: PUF, 2014.

Sobre os autores

¹Doutor em Memória: Linguagem e sociedade. Foi bolsista da Capes pelo PPGMLS da UESB, modalidade doutorado, realizando estágio doutoral na Paris III em 2014, sob responsabilidade do Professor Doutor Philippe Dubois do departamento de Audiovisual pelo Programa de Bolsas Sanduíches no Exterior da Capes. É Mestre em Letras: Linguagens e Representações pela UESC, onde fez a graduação em Letras. Participou como pesquisador do Grupo de Pesquisa Traduzir Derrida, Políticas e Desconstruções da UESC e como bolsista colaborador do GRUDIOCORPO e do LABEDISCO da UESB. E-mail: alex.scac@hotmail.com .

²Doutor em Linguística pela UNESP/Araraquara. Realizou estágio pós-doutoral na Paris III em discurso, corpo e cinema. É Professor pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, atuando nos Programas de Pós-graduação em Linguística e em Memória: Linguagem e Sociedade. Coordena o Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo (LABEDISCO) da UESB. É líder do grupo de pesquisa LABEDISCO/CNPq. E-mail: niltonmilanez@gmail.com .

Como citar:

ARAÚJO, A. P.; **MILANEZ, Nilton** . O lugar da memória e da história na arqueogenealogia foucaultiana. In: Elton Moreira Quadros. (Org.). *Memória: estudos interdisciplinares*. 1ed.Salvador: EDUNEB, 2018, v. 1, p. 49-66